
A resistência do gênero no jornalismo: pistas de uma prática feminista em Celina¹

Luíza Buzzacaro BARCELLOS²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte da dissertação “Não é ativismo, é jornalismo: o feminismo do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero” e tem o objetivo de mostrar algumas táticas usadas pelas jornalistas a fim de empreenderem uma prática jornalística feminista dentro do projeto, criado pelo jornal O Globo. Para além do quadro conceitual e teórico, também são apresentados alguns excertos das entrevistas realizadas com a equipe de Celina. Com base nos dados obtidos nas entrevistas e nas narrativas, foi possível identificar ao menos três condutas adotadas no projeto e que podem ser compreendidas como uma espécie de resistência a uma estrutura de jornalismo permeada pelo poder e pelo masculino: a utilização de fontes mulheres, a colaboratividade entre a equipe, e a empatia e escuta ativa entre jornalistas e fontes.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; jornalismo; feminismo.

INTRODUÇÃO

Todas as coisas do mundo tem atributos relativos a gênero, já diria Alinne³ Bonetti (2012). Isso significa dizer que o gênero é uma das primeiras e principais formas de se delimitar o que e quem terá mais prestígio e poder em nossa sociedade. Nesse sentido, convencionou-se hegemonicamente que tudo aquilo relacionado ao masculino era bom, forte, objetivo, agressivo, dominador; em contrapartida, tudo aquilo relacionado ao feminino era fraco, subjetivo, submisso, portanto, com menor valor.

No campo jornalístico não é diferente. Existem uma série de normas e condutas profissionais que balizam a prática cotidiana e que estão calcadas numa convenção de gênero que, da mesma forma como as outras instituições sociais, qualificam o masculino como atributo de maior valor. Não é à toa que Marcia Veiga da Silva (2014) afirma categoricamente que o jornalismo é masculino. A autora faz essa afirmação após observar

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e-mail: l.buzzacaro@yahoo.com.br.

³ Os prenomes das autoras serão apresentados quando elas forem citadas pela primeira vez. Essa prática é recorrente em pesquisas feministas e visa uma maior visibilidade das mulheres teóricas, já que uso do sobrenome, exclusivamente, acabou corroborando com o masculinismo da ciência.

o quanto os juízos de valor hegemônicos influenciavam na concepção das notícias, desde as pautas, entrevistas, roteiros de reportagem até a edição final.

O fato é que essas convenções hegemônicas de gênero não só expõem as diferenças, mas também atuam na transformação destas em desigualdades. O jornalismo é um campo que atua na construção de um tipo de conhecimento social, operando como uma instância pedagógica (VEIGA DA SILVA, 2014). Por isso, por apresentar “o mundo” aos seus leitores, o jornalismo acaba legitimando comportamentos e opiniões, podendo atuar numa transformação social, ou, ao contrário, quando praticado sem uma autorreflexão e uma autocrítica, no reforço de estereótipos de gênero, raça, classe e sexualidade.

Tendo isso posto, o feminismo é um dos conceitos e movimentos históricos-políticos-sociais que pode contribuir para uma prática jornalística mais afeita a alteridade, que respeite a diversidade e construa um mundo menos desigual. Como reforça Marcia Tiburi “o feminismo está aí para ajudar as pessoas a se perguntarem sobre os jogos de poder envolvidos em sua própria vida” (2018, p. 29) e “a lutar por um mundo em que os corpos e, com eles, a dignidade das pessoas possam ser resgatados” (2018, p. 37). A adoção do feminismo, portanto, seria uma das formas de romper com um paradigma masculinista que interfere na construção do jornalismo enquanto campo e instituição social.

E é justamente nesse sentido de rompimento de paradigma que podemos entender a presença do feminismo dentro do jornalismo como uma espécie de resistência. Cabe salientar que esses espaços de opressão podem ser instâncias onde há o exercício de poder, mas também serem lugares de resistência (Guacira LOURO, 2003), considerando poder segundo Foucault, como uma estratégia, não como “um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se ‘apropria’” (LOURO, 2003, p. 38). Isso quer dizer que o poder, assim como as identidades, não é fixo, pois no exercício do poder há manobras, técnicas, as quais podem ser contestadas, absorvidas, aceitas ou transformadas (LOURO, 2003).

O movimento feminista, entendendo a importância das palavras e da comunicação para semear mudanças, há muito tempo tem criado seus próprios espaços, mas, sobretudo nos últimos anos, tem, também, se apropriado de espaços em veículos de comunicação e conglomerados comunicacionais com grande alcance e visibilidade não só por mulheres que se identificam com a luta e as pautas feministas, mas também por pessoas comuns

que sequer sabem ou entendem essas questões. Indo de encontro com essa demanda o jornal O Globo cria o Projeto Celina, um espaço, no jornal, dedicado a cobertura de temas ligados a gênero, mulheres e diversidade.

As motivações para a criação do projeto são inúmeras, muitas, inclusive, com cunhos mercadológicos, capitalistas e empresariais, mas o fato é que essa iniciativa, destinada a falar exclusivamente sobre gênero, é uma importante revolução no espectro da imprensa hegemônica e conservadora. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é compreender algumas táticas utilizadas pelas jornalistas do Projeto Celina para pôr em prática um jornalismo mais afeito ao feminismo⁴.

A seguir, portanto, apresento alguns aspectos teóricos-conceituais pertinentes para a discussão e, em seguida, identifico algumas das práticas feministas presentes em Celina a partir de dados e informações mapeadas nas entrevistas realizadas com as jornalistas do projeto e das narrativas jornalísticas sobre violência de gênero.

Constatou-se que, mesmo estando dentro de um jornal com discurso conservador, a equipe do projeto conseguiu empreender algumas táticas cotidianas para aplicar traços do feminismo na prática jornalística cotidiana, como priorizar a utilização de mulheres como fontes nas reportagens desenvolvidas, trabalhar em um sistema mais horizontal e colaborativo entre a equipe, sem o reforço de uma hierarquia de cargos, e, também, utilizar a empatia e a escuta ativa como método de trabalho, tanto na relação entre a própria equipe, como na relação com fontes e entrevistadas.

GÊNERO COMO CATEGORIA TEÓRICO-EPITEMOLÓGICA PARA PENSAR O JORNALISMO

Gênero é um conceito que possui, hoje, diversas perspectivas pelas quais pode ser entendido, mas, neste trabalho, gênero é entendido nos termos do feminismo decolonial, afastado da ideia de categoria estável, universal (Ochy CURIEL, 2019) ou autoexplicativa (Chandra MOHANTY, 2017). Essa perspectiva nos ajuda a entender que gênero permeia as convenções hegemônicas que determinam o masculino e o feminino, não só nos corpos de homens e mulheres, mas também nas relações de poder presentes em diferentes esferas do cotidiano.

⁴ Importante pontuar que esse é apenas um recorte da Dissertação de Mestrado que defendi no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, na qual analisei como o feminismo do Projeto Celina se manifestou nas narrativas sobre violência de gênero veiculadas durante o primeiro ano de criação da iniciativa. A Dissertação pode ser acessada no link: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9760>.

É nesse sentido que escolho trabalhar gênero enquanto uma categoria teórico-epistemológica, o que “significa dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder” (BONETTI, 2012, online). Como explica Louro (2003, p. 21), a discussão sobre gênero centra-se no fato de que “masculino” e “feminino” não são papéis construídos a partir das características sexuais somente, mas sim de construções sociais de um dado momento histórico: “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”.

Ainda, de acordo com Joan Scott (2019, p. 67), “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, sendo, portanto, uma estrutura social multidimensional, não dizendo respeito “apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo” (Raewyn CONNELL; Rebecca PEARSE, 2015, p. 49).

Quando falamos em relações de poder, não só o gênero delimita quem deterá privilégio em nossa sociedade, mas também outros marcadores sociais da diferença, como a raça, a classe e a sexualidade. Portanto, é preciso complexificar a análise sócio-histórica de gênero sob um olhar interseccional (Kimberlé CRENSHAW, 2002) “a partir da combinatória, ou da ‘articulação’ como prefere Avtar Brah (2006), de distintos feixes de marcadores sociais empenhados na produção de sistemas/estruturas sociais de desigualdades” (BONETTI, 2012, online)

As estruturas de poder, no entanto, têm diferentes nuances: os lugares de dominador versus dominado não são papéis fixos. Além disso, esse exercício de poder não se dá apenas entre homens e mulheres, mas também entre mulheres ou mesmo entre homens, sobretudo quando consideramos os outros marcadores sociais da diferença. E, quando falamos em diferença, precisamos ter em mente que ela é atribuída “a partir de um determinado lugar que se coloca como referência” (LOURO, 2003, p. 47). Segundo a autora, esse lugar de referência na sociedade brasileira pertence a uma hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, ou seja, considerados diferentes são todos aqueles que não compartilham dessas características.

Assim como nas relações e em outras instituições sociais, no campo jornalístico também fica evidente o predomínio das convenções de gênero hegemônicas que denotam poder desse mesmo lugar referência, representação da colonialidade do poder (QUIJANO, 2007 apud CURIEL, 2019) e do saber (Betty LERMA, 2010) que se

instauram no nosso sistema mundo há muito tempo. Calcada em uma norma de objetividade, assim como na ciência, o jornalismo constrói a realidade a partir desse lugar comum e hegemônico de poder. Como Veiga da Silva (2015, p. 221) nos mostra, “os valores normativos do Ocidente estariam em lugar de maior legitimidade – seriam conceitos e não preconceitos”, tendo, portanto, ocupado um lugar de verdade.

Todas essas condutas, tanto na ciência quanto no jornalismo, acabam por produzir, portanto, um tipo de saber universal. Essa noção profissional jornalística se aproxima muito de uma noção típica do cientificismo moderno, que prevê uma “verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos” negando a subjetividade e reafirmando métodos e técnicas baseados em verificação e provas (Fabiana MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2). A objetividade, seja na ciência ou no jornalismo, legitima esse saber universal que é responsável por transformar tudo aquilo e aqueles que se distanciam do padrão masculino hegemônico em diferente, subalterno, portanto, desigual.

Além disso, todo esse processo de transformação das diferenças em desigualdades e opressões, como mencionamos acima, ocorre porque o campo jornalístico é profundamente marcado pelas convenções de gênero, raça, classe e sexualidade. Seja nas redações ou nos cursos de graduação em jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014; 2015) não só os homens ocidentais, brancos, burgueses e heterossexuais, mas tudo o que é convencionalmente tido como masculino tem maior valor, poder e prestígio. A cultura “tem feito com que o que se atribuí ao masculino (e aos homens) acabe tendo um valor positivo, e aquilo que é construído como feminino (ou relativo às mulheres) acabe sendo feito de modo negativo” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 163).

Podemos citar alguns exemplos desse prestígio do que é convencionalmente visto como masculino no jornalismo, como as editorias (economia, polícia, política), o tipo de notícia (hard news - duras e fortes; soft News – leves e soltas) e os comportamentos que são mais valorizados no âmbito profissional, como a rigidez, o autoritarismo e a hierarquização dos cargos dentro das redações.

Contudo, existem algumas iniciativas que buscam fazer uma cobertura jornalística mais afeita ao feminismo. Esse movimento se tornou mais comum sobretudo após a onda de protestos em 2013 e da ebulição da quarta onda feminista, empreendida no século XXI. Com a ampliação do acesso à internet e emergência das redes sociais, os espaços comunicacionais da luta feminista se multiplicaram, alcançando ainda mais pessoas: “O

recurso mais utilizado pelos novos ativismos insurgentes é claramente aquele que privilegia a autonomia e a ação direta entre pares” (Heloísa HOLLANDA; Cristiane COSTA, 2018, p. 44). Com uma linguagem própria das redes, as mulheres começaram a reivindicar um lugar de fala próprio, relatando experiências em primeira pessoa e negando lideranças que representavam ou falavam por todas, o que era comum no início do movimento feminista. Ao reivindicar esse lugar de fala as demandas foram sendo ampliadas e houve o reconhecimento de pautas que até então tinham sido ignoradas pelo tido “feminismo universal”, marcado por uma parcela de feministas brancas, heterossexuais e de classe média. Esses movimentos de articulação do feminismo em rede “permitem a um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação segundo seus próprios valores e interesses, independentemente das instituições” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 44).

Além de ocupar seus próprios espaços, essa nova onda do movimento feminista também tem cobrado, sobretudo da mídia hegemônica, a presença de conteúdos relativos a gênero e diversidade, e apontando os erros machistas, sexistas, racistas e classistas nas coberturas jornalísticas. É em meio a esse contexto histórico, social e político que surge o Projeto Celina, do jornal O Globo.

PROJETO CELINA: GÊNERO E JORNALISMO NO JORNAL O GLOBO

O Projeto Celina é um projeto dentro d’O Globo que trata somente de temas ligados a gênero, mulheres e diversidade. Foi fundado no Dia Internacional da Mulher, em 2019, como uma iniciativa do jornal, um dos maiores veículos de comunicação brasileira em termos de audiência.

O projeto leva o nome da primeira mulher brasileira a ter direito ao voto⁵, em 1928, uma importante conquista feminina para a época, e também uma das principais pautas defendidas pelas feministas da primeira onda. A decisão judicial que acabou concedendo o direito ao voto à Celina acabou sendo invalidada pelo Senado, e o sufrágio feminino foi adotado alguns anos depois, no Código Eleitoral de 1932, mas ela ficou conhecida pelo pioneirismo.

Só pela escolha do nome e por essa justificativa já podemos interpretar que o projeto tem a intenção de ser mais que um espaço destinado à cobertura dos temas

⁵ Fonte: <https://oglobo.globo.com/celina/celina-inspiracao-na-historia-da-primeira-eleitora-do-brasil-23507004>. Acesso em: 13 abr. 2021.

comumente destinados às mulheres (como beleza, gastronomia ou qualidade de vida), como as editorias femininas dentro dos jornais trabalhavam até então. O surgimento de Celina, nesse sentido, já ensaiava algumas mudanças necessárias no discurso que a mídia e a sociedade de um modo geral teciam sobre as mulheres.

Esse movimento torna-se ainda mais significativo por surgir no primeiro ano em que Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil. Bolsonaro, desde a sua campanha presidencial, adotou um discurso político alinhado a ideologia de extrema direita, o que apontou mudanças significativas para as minorias políticas como as mulheres, os negros, os indígenas e os LGBT. Esse fenômeno de extrema direita, influenciado por Bolsonaro, ganhou força no país após 14 anos do governo de esquerda comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), forte no desenvolvimento de “políticas de afirmação pública de identidades e reconhecimento de direitos associados a novos papéis de gênero e padrões de família” (Angela ALONSO, 2019, p. 57).

Ainda na campanha eleitoral de Bolsonaro, esses traços ideológicos e políticos ficavam claros com o slogan “Deus acima de tudo. O Brasil acima de todos”. Estabeleceu-se, a partir de 2018, uma “moral bolsonarista”, como chama Alonso (2019), que, dentre os seus aspectos formadores, está o cerne patriarcal e a hierarquia de gênero. Como salienta Alonso (2019), seja em postagens, declarações, discursos ou fotos, o candidato em questão coloca a superioridade “nata” da masculinidade, e, como consequência, a “natural” subordinação feminina. Além disso, a política de Bolsonaro ainda assume uma postura violenta e agressiva.

Tendo posto os aspectos sociais, históricos e políticos que permeiam o contexto de criação do Celina, também é interessante pontuar que o projeto é uma iniciativa de um jornal de referência⁶ marcado por um discurso conservador. O Globo foi criado em 1925 no Rio de Janeiro e firmou seu legado no jornalismo brasileiro a partir da década de 1960, quando a imprensa diária carioca sofria com a crise causada pelas reformulações do jornalismo e sua consequente concentração empresarial – nessa época, o jornal O Globo foi o único da região a conseguir manter a tiragem em 200 mil exemplares (Marialva BARBOSA, 2007). O jornal pertence ao Grupo Globo, que ocupa a 19ª posição do ranking dos principais trinta proprietários de mídia do mundo, feito pelo Zenith Top

⁶ Um jornal de referência possui as seguintes características: “ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação” (ZAMIN, 2014, p. 931).

Thirty Global Media Owners⁷, e possui além do jornal, emissoras de TV, rádio, editora e outras categorias de mídia. Segundo Ribeiro (2000 apud BARBOSA, 2007), a partir da inauguração da TV Globo, em 1965, ela, em pouco tempo, se tornou a maior rede de televisão da América Latina, o que conferiu força ao jornal e ao grupo como um todo.

Importante, nesse sentido, chamar a atenção para o conceito de jornalismo com o qual o grupo trabalha. Segundo o próprio jornal, jornalismo é “o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas [...] É, portanto, uma forma de apreensão da realidade” (O GLOBO, 2021). Para alcançar tal jornalismo, o Globo acredita em uma informação de qualidade que precisa respeitar três atributos: isenção, correção e agilidade. No texto que apresenta os princípios editoriais⁸ do jornal também há um enfoque na isenção: “Isenção é a palavra-chave em jornalismo”(O GLOBO, 2021).

O jornal admite que é impossível produzir uma notícia completamente isenta, mas reforça que a isenção é fator principal num jornalismo de qualidade. Ainda segundo os princípios editoriais de O Globo, essa isenção permite que o jornalista construa a notícia com apuração e seriedade, sendo o mais fiel a realidade possível. Nesse sentido, é curioso compreender como um projeto com temática de gênero e diversidade, dentro de um jornal com esse discurso de fazer jornalístico, negociaria uma cobertura feminista, que, em alguma medida, deve ser também ativista.

Entendo, aqui, jornalismo feminista aquele capaz de quebrar com os paradigmas que formam a profissão, sobretudo reconhecendo a subjetividade como uma estratégia pertencente ao jornalismo (Fabiana MORAES, 2019), visto a impossibilidade de neutralidade. Além disso, esse tipo de jornalismo utiliza a alteridade (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019) e uma objetividade que entende a sua relação e integração com a subjetividade. Ou seja, uma objetividade feminista que signifique um posicionamento crítico de interpretação e tradução, no qual o objeto do conhecimento (ou das notícias) seja visto como ator e agente (Donna HARAWAY, 1995). Assim, esse jornalismo é responsável por construir notícias que dão subsídios para que as pessoas possam pensar e questionar suas próprias verdades (VEIGA DA SILVA, 2015), sem a pretensão de veicular “a verdade”, aquela universal e espelho da realidade. Ademais, esse jornalismo

⁷ Fonte: <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>. Acesso em: 15 abr 2021.

⁸ Fonte: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 14 abr 2021.

também se apropria de condutas presentes na atual “quarta onda” do feminismo, na qual se preza por uma maior horizontalidade, coletividade e o uso do corpo como principal linguagem política e plataforma de expressão, conferindo autonomia para experiências pessoais e subjetivas (Heloísa HOLLANDA; Maria BOGADO, 2018).

Tendo isso posto, a seguir apresento algumas práticas adotadas pelo Projeto Celina e que correspondem com esse tipo de jornalismo feminista e que podem representar um tipo de resistência ao jornalismo conservador e hegemônico praticado nos outros espaços do jornal O Globo. Essas práticas foram mapeadas a partir de observação e análise das narrativas (MOTTA, 2017) sobre violência de gênero construídas no primeiro ano de funcionamento da iniciativa, entre março de 2019 e 2020, e também a partir das entrevistas⁹ realizadas com cinco jornalistas que contribuem ou contribuíram em Celina¹⁰.

AS PRÁTICAS FEMINISTAS DO PROJETO

O jornal O Globo apresenta o Projeto Celina como uma plataforma destinada a cobertura jornalística de gênero, mas as jornalistas que fazem Celina diariamente consideram o projeto como feminista. Como traduz Renata Izaal¹¹, editora do projeto:

Feminismo é isso, é um movimento político que exige a igualdade de direitos, e o que o Celina faz é isso, exigindo o tempo inteiro essa igualdade de direitos, expondo as situações terríveis a que as mulheres brasileiras são submetidas, não só as brasileiras, mas em especial elas. A gente cobra, a gente expõe, e no fundo, no fim das contas, o que a gente quer é ajudar nesse caminho até a igualdade de gênero, então não tem como não ser feminista (Renata IZAAL, 21/05/2020).

O projeto ainda possui uma equipe pequena, são só três jornalistas fixas: a editora, uma repórter e uma estagiária, dedicadas exclusivamente à produção dos conteúdos para Celina. Mas, por ser uma vertical de conteúdo¹², também conta, eventualmente, com a colaboração de repórteres de outras editoriais do jornal e reportagens produzidas por agências de notícias. A equipe fixa e outras duas jornalistas que participaram do projeto,

⁹ As entrevistas foram realizadas por meio de vídeo-chamadas devido o necessário distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

¹⁰ A análise completa, das narrativas e das entrevistas, encontra-se na dissertação de mestrado “NÃO É ATIVISMO, É JORNALISMO”: o feminismo do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero, defendida em 19 de março de 2021.

¹¹ Apresentarei os excertos das entrevistas em itálico como forma de diferenciação em relação as outras citações.

¹² Vertical de conteúdo é uma nova maneira de pensar o jornal digital, visto que o público não consome as notícias no site da mesma forma que consome num jornal impresso. A vertical de conteúdo é um espaço dedicado a abrigar notícias sobre determinados assuntos em específico, mas não é uma editoria, pois, como é o caso de Celina, outras editorias produzem matérias sobre gênero que podem entrar no projeto sem necessariamente terem sido produzidas pela equipe fixa de Celina.

entrevistadas em 2020, afirmaram se identificar com o feminismo interseccional e tentar aplicá-lo na produção das notícias. Não só pelas pautas propostas pelas jornalistas, mas também pela conduta cotidiana na prática jornalística, foi possível mapear algumas ações aplicadas no projeto e que nos ajudam a entender como poderia ser feito, na prática, um jornalismo feminista.

Existem, ainda, algumas normas profissionais que são masculinistas e que dificultam a aplicação de um jornalismo ativista, sobretudo por essa ser uma iniciativa dentro de um conglomerado de comunicação conservador e que tem suas próprias regras empresariais a serem seguidas. Nesse sentido, é possível afirmar que ainda existe um impasse jornalístico que preza pela objetividade, pela neutralidade e pela imparcialidade que acabam impedindo que essas mulheres jornalistas se coloquem mais em relação as notícias que estão produzindo, como atores e agentes. Entretanto, algumas condutas driblam essa postura profissional masculinista e se apresentam não só como uma maneira de fazer um jornalismo feminista, mas também como traços de resistência a esse *status quo* jornalístico masculino, hegemônico e excludente. São essas condutas que apresento a seguir.

Priorizando as fontes mulheres

Uma das políticas editoriais de Celina, se assim podemos chamar, é escutar preferencialmente fontes mulheres. Essa decisão de deu após o jornal fazer um levantamento e apontar que de todas as fontes já ouvidas em notícias e reportagens do O Globo, apenas 32,9% eram mulheres¹³. Então, além da diversidade de pautas, as jornalistas de Celina também consideram crucial propor uma diversidade de fontes, criando, inclusive, um banco de fontes composto só por mulheres de diferentes áreas, não só para que elas pudessem utilizar, mas também para incentivar outros repórteres do Globo a entrevistarem profissionais mulheres, independente do assunto da pauta.

Na análise das narrativas sobre violência de gênero identifiquei que homens são entrevistados em pouquíssimas matérias e em casos bem pontuais, mas também é interessante notar o quanto as mulheres entrevistadas enquanto fontes ainda são, em maioria, mulheres que pertencem a uma parcela privilegiada da sociedade, seja pela sua cor, classe social ou orientação sexual. Não é possível afirmar, com certeza, que

¹³ Fonte: <https://oglobo.globo.com/celina/com-plataforma-celina-um-compromisso-do-globo-em-busca-de-diversidade-23506980>. Acesso: 28 set.2019.

majoritariamente as fontes presentes nas notícias são mulheres brancas, ricas e heterossexuais, já que esses marcadores sociais não são postos de forma explícita na construção das narrativas, mas, quando essa identificação era possível, percebeu-se que as fontes eram mulheres que tinham algum tipo de notoriedade na sociedade.

Nesse sentido, percebe-se uma aproximação entre as fontes escolhidas e os tipos de vivências que as próprias jornalistas do projeto estão expostas. Como a proposição de pautas surge muito das experiências e subjetividades das repórteres, a escolha das fontes se dá nesse mesmo caminho. É justamente por isso que, algumas vezes, há pouca diversidade entre as personagens das notícias, mesmo se tratando de mulheres, as entrevistadas ainda são um padrão de mulheres hegemônicas que corresponde com os marcadores sociais das jornalistas do Celina.

Essas subjetividades e uma visão de mundo mais alinhada ao feminismo interseccional também acabam corroborando outras duas práticas cotidianas no projeto: a horizontalidade nas relações e a empatia e escuta ativa entre a equipe.

Horizontalidade na equipe

Novamente a editora, Renata, traduz em palavras a cultura colaborativa e pouco hierarquizada que ela criou em Celina:

Um projeto desses que a gente trabalha com mulheres eu acho que eu preciso trazer pra perto de mim outras experiências. Não só as experiências pessoais delas, mas o que elas ouvem [...] É tudo muito compartilhado sabe, quando uma tá com dificuldade passa para a outra, é muito colaborativo entre nós três [...] É isso de agregar, de ouvir, de colocar todo mundo pra ter responsabilidade, colocar todo mundo pra fazer parte da decisão [...] Eu como mulher não verticalizo nada, não fico dando ordens por aí, não gosto de mandar, de chefiar, nada, eu gosto de discutir, de trazer, de sentar com os meus amigos e ouvir, e falar pra eles, enfim. (Renata Izaal, 21/05/2020).

A postura da editora é crucial para que se crie uma cultura colaborativa no projeto, mas as outras jornalistas envolvidas também acreditam nesse modelo jornalístico e aplicam isso no dia a dia. Levando em consideração que os espaços das redações são, normalmente, permeados por estruturas de poder e de hierarquia, onde os editores mandam e os repórteres obedecem, o simples fato de Renata construir um ambiente onde há mais informalidade, troca, discussões e reflexões já demonstra uma importante ruptura em uma conduta profissional reproduzida no jornalismo.

Essas relações que se estabelecem entre a equipe, mais colaborativas e menos hierarquizadas, certamente refletem na qualidade das narrativas construídas, seja pela importância da pauta ou pela qualidade e pertinência das fontes escolhidas para promover a discussão sobre o assunto. Em sua maioria as narrativas que analiso evocam uma série de circunstâncias históricas, sociais e culturais que permitem uma visão do fenômeno da violência de gênero como um todo, como um problema coletivo, não somente individual. Por isso relaciono essa conduta da equipe de jornalistas com o fato de construírem narrativas jornalísticas mais afeitas a um conhecimento feminista que prega a diversidade e autonomia de vozes e experiências.

Contudo, para pôr esse tipo de jornalismo em prática é necessária uma sensibilidade para a escuta e absorção daquilo que as fontes, personagens e entrevistadas estão pondo em questão.

Empatia e escuta ativa

Leda Antunes, repórter de Celina, traduz bem essa importância da empatia e da escuta ativa para o fazer jornalístico:

Eu tenho as minhas limitações, como a minha vivência de uma mulher com privilégios de mulher de classe média, branca, etc, isso não pode me limitar a fazer uma cobertura só sobre aquilo que eu entendo como problemático numa sociedade patriarcal, aí tem que observar as coisas com um olhar interseccional, sempre isso tá na minha mente o tempo todo. E aí a gente busca as vozes que podem falar sobre isso, porque eu não vou poder falar sobre os problemas de uma mulher lésbica, por exemplo, sobre as dificuldades que uma mulher lésbica tem em se relacionar, cuidar da própria saúde e etc., aí acho que entra o lado muito interessante do jornalismo que é isso de falar com essas pessoas, você ter a oportunidade de falar com essas pessoas e ouvi-las, acho que isso é o mais legal (Leda Antunes, 16/06/2020).

Nesse mesmo sentido, Constança Tatsch, repórter que participou do início do projeto e hoje colabora eventualmente em Celina, traz o papel do jornalista de ouvir e transpor essas questões para os leitores, independentemente de esse ser o próprio lugar de fala ou não:

Eu acho que todo mundo traz, e se todo mundo traz uma bagagem, a gente vai agregar experiências. Mas o jornalista também tem um papel de ouvir. Eu não vou falar, eu vou ouvir, e isso não me impede de ouvir as dores que não são só minhas. Eu vou ter esse olhar atento de entendimento e vou transpor essas questões. Seja homem, seja mulher, branco ou negro, a gente tem que falar com respeito a dor e o lugar do outro (Constança Tatsch, 22/05/2020).

Essa empatia das jornalistas de Celina não são postas em prática somente na construção das notícias, mas também no dia a dia da redação. Todas as cinco jornalistas entrevistadas falaram como o projeto é visto como um espaço de acolhimento e escuta não só por elas, mas por repórteres e profissionais de outras editorias do jornal também. O local onde a equipe do projeto fica alocada está num cantinho da redação, portanto, é um espaço mais escondido. Ao mesmo tempo, essa delimitação de espaço também representa uma segurança para as outras mulheres da redação, onde elas serão ouvidas e acolhidas, como traz Leda:

Às vezes eu acho que seria melhor a gente estar no meio da redação pra ser mais vista, mas ao mesmo tempo ali é um espaço seguro, a gente sempre tem alguém que vai lá no canto “ah, eu to cansada, meu deus do céu, preciso conversar” e aí vai lá conversar até de situações que a gente tem, frustrações que a gente tem como mulher, profissional (Leda Antunes, 16/06/2020).

Só pelo fato de ser um lugar onde as outras mulheres que trabalham na redação se sentem seguras, entendo que há uma prática feminista no dia a dia que vai muito além da produção de notícias propriamente dita, mas acaba promovendo rupturas importantes no campo jornalístico como um todo ao apresentar condutas profissionais mais respeitadas e empáticas com as próprias repórteres e fontes. Se elas entendem o Celina como um “espaço seguro” é porque, em alguma medida, elas se sentem ameaçadas em outros espaços do jornal, provavelmente por editores agressivos ou por colegas que assumem uma postura extremamente masculinista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi demonstrado ao longo do artigo, o jornalismo é uma instituição social que pode contribuir no combate às desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e tantas outras. Mas o fato é que o jornalismo ainda é um campo permeado por convenções de gênero hegemônicas e estruturas de poder que permeiam a prática jornalística e colocam o masculino como o padrão universal. Romper com esse paradigma é um desafio, sobretudo quando se está num espaço como o jornal O Globo, um conglomerado comunicacional tradicional e conservador.

Nesse sentido, mesmo que haja inúmeras motivações capitalistas e empresarias por trás da criação de Celina, não podemos negar que o projeto é um passo importante

para a mídia hegemônica, já que é uma das primeiras iniciativas destinadas a cobertura de temáticas relativas a gênero dentro de veículos de comunicação. Por ter uma equipe composta por mulheres que se identificam como feministas e se propõem a fazer uma cobertura jornalística feminista, Celina pode ser visto como uma importante revolução – ou o início dela – no jornalismo brasileiro.

Algumas das práticas adotadas pelas jornalistas e apresentadas aqui, como a priorização de fontes mulheres, a horizontalidade e colaboratividade nas relações, e a empatia e escuta ativa, podem ser usadas como táticas de resistência a estrutura de jornalismo masculinista não só em projetos que falam sobre gênero, mas em todo o espectro geral do jornalismo. Dessa forma, seria possível construir uma apreensão da realidade e um tipo de conhecimento mais afeito ao feminismo, derrubando os estereótipos que transformam a diversidade como uma causa da desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BONETTI, Alinne de Lima. **Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista**. labrys, études féministes/ estudos feministas juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>>. Acesso em: 14 jul 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 14 jul 2020.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, v. 22, n. 2, dezembro de 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 7-41. Campinas: Unicamp, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 14 jul 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LERMA, Betty Ruth Lozano. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, v. 5, n. 2, p. 7-24, julio-diciembre, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopess-louro.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (orgs.). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

MORAES, Fabiana. Ativismo, isenção e subjetividade: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, **17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO) – Novembro de 2019.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSQBQT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf>. Acesso em: 14 jul 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa: Teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.